

5 de abril

Light

2016

PLR será paga até dia 15

Durante a reunião de entrega de pauta de reivindicações, ocorrida no dia 30 de março, a direção do Sintergia cobrou a divulgação das metas globais apuradas, assim como das metas setoriais pelos gestores, para os trabalhadores de cada setor, e a empresa confirmou o pagamento até o dia 15 deste mês, justificando a mudança da data por questões administrativas.

Quaisquer dificuldades junto à gerência

quanto às metas setoriais devem ser imediatamente repassadas ao Sindicato.

Lembramos mais uma vez que os gestores apresentam cinco metas e os trabalhadores escolhem três, cabendo, ainda, a repactuação das mesmas ao longo do ano. Ou seja, a equipe como um todo deve estar atenta a partir do momento do estabelecimento das metas e durante o transcorrer do ano.

PDV

Só se for uma boa

A direção do Sintergia alerta: o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) oferecido pela Light deve ser analisado detalhadamente antes de ser aceito pelo (a) trabalhador (a).

Caso o (a) trabalhador (a) se sinta pressionado pela chefia imediata, deve procurar imediatamente o Sindicato para que este intervenha em defesa dos seus interesses. Mas não adianta assinar e depois procurar o Sindicato.

Pela proposta apresentada pela empresa, o preenchimento do formulário de adesão não significa a inclusão automática no PDV, já que a empresa só dará a resposta sobre quem foi aceito no dia 29 de abril de 2016.

Sindicato intervém e bônus extraordinário sai em abril

A interlocução do Sintergia junto à direção da Light garantiu o pagamento do bônus extraordinário juntamente com o salário de abril, pondo fim a um impasse que se arrastava há meses.

A direção do Sintergia quer esclarecer alguns pontos a respeito do bônus extraordinário:

- 1) O acordo para pagamento do bônus extraordinário foi feito entre gestores e trabalhadores sem a participação do Sindicato;
- 2) Como tal acordo não foi cumprido, trabalhadores procuraram o Sindicato para que este procurasse a empresa para que o mesmo fosse cumprido;
- 3) Na primeira reunião com a nova presidente da Light, a direção do Sintergia demonstrou sua preocupação quanto ao não cumprimento do acordo para pagamento do bônus extraordinário e a presidente se comprometeu a estudar o assunto. Aproveitando reunião em que foi entregue a pauta de reivindicações, no último dia 30 de março, o Sindicato colocou o assunto em discussão e a empresa confirmou o pagamento juntamente com o salário de abril;
- 4) Engana-se quem pensa que o assunto está encerrado, pois existem dúvidas entre os trabalhadores quanto às bases e forma de pagamento, e o Sindicato vai convocar reunião específica para tratar do assunto;
- 5) Diante disso, a direção do Sindicato cobrou da empresa a formalização do acordo, com o esclarecimento das bases e forma de pagamento do mesmo, que se estende até 2018.

Vencida esta etapa, os interessados podem procurar a direção do Sindicato para trazer subsídios e ao mesmo tempo oferecer argumentos para o aprimoramento de itens do acordo que deixaram dúvidas.

Sindicato critica demissões

Também durante a reunião do dia 30, a direção do Sindicato manifestou sua insatisfação quanto à série de demissões ocorridas num curto período e a empresa justificou que se trata de cortes pontuais, garantindo que não existe intenção de demissões aleatórias.

Por outro lado, a direção do Sintergia mostrou sua preocupação quanto aos trabalhadores que exercem suas funções em áreas de risco e fez uma explanação sobre os efeitos causados pelas demissões no ânimo das equipes e sua influência ao longo da discussão do ACT.

Apesar da garantia da empresa de que não existe um projeto de demissões, o Sintergia deixou claro que se isso se confirmar entenderá como prática antissindical e que irá tomar todas as medidas cabíveis assim que se fizerem necessárias.

A quem interessa terceirizar?

Com toda a certeza, a terceirização não interessa aos trabalhadores e nem ao Brasil. Ninguém trocaria a condição de empregado para virar terceirizado. Porque seria abrir mão de direitos e conquistas históricas do movimento sindical previstas em convenções e acordos coletivos. Muitos terceirizados sequer possuem os direitos garantidos na CLT, diante dos calotes de empresas pica-retas, da alta rotatividade e da precarização do trabalho.

A terceirização não combina com discurso de modernidade. Vejam: os terceirizados ganham em média 27% menos, não recebem treinamento adequado, ficam menos tempo no emprego, têm jornada de trabalho mais extensa e, portanto, estão mais sujeitos a assédio moral, doenças e acidentes de trabalho. Eles são as maiores vítimas, como os dois garis recentemente atropelados enquanto varriam a Avenida Ipiranga, em Porto Alegre. Entre 2010 e 2013, conforme dados oficiais, 85% dos trabalhadores em situações análogas à de escravidão eram terceirizados. O trabalhador é tratado como mercadoria.

Na realidade, terceirizar só interessa aos maus empresários, como forma de reduzir os custos do trabalho e aumentar os lucros do capital. Querem baixar a folha de pagamento e concentrar ainda mais a renda.

Não é à toa que são empresários e banqueiros, grandes financiadores de campanhas eleitorais, que estão por trás dos projetos de lei que visam escancarar a terceirização para todas as atividades das empresas, como o PL 4330, aprovado

sob os protestos de trabalhadores na Câmara, e agora em tramitação como PLC 030/2015 no Senado.

Em boa hora, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), está percorrendo os estados e promovendo audiências públicas nas assembleias legislativas para ouvir a sociedade, obtendo grande participação de entidades sindicais e representativas do mundo do trabalho. Para ele, esse malfadado projeto é uma verdadeira “revogação da Lei Áurea”.

Merece atenção também a chamada Agenda Brasil, apresentada em 10 de agosto pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Entre as suas propostas está a terceirização. O texto prevê “regular o ambiente institucional dos trabalhadores terceirizados melhorando a segurança jurídica face ao passivo trabalhista potencial existente e a necessidade de regras claras para o setor”. Olhar a terceirização como negócio não interessa aos trabalhadores.

Os donos do capital querem terceirizar sem limites, ter “segurança jurídica” e livrar-se de milhares de ações judiciais movidas por terceirizados para garantir direitos não respeitados. Ainda bem que a pressão do movimento sindical, intelectuais, juízes e procuradores do trabalho, dentre outros, está crescendo muito, ganhando apoio de parlamentares e despertando a sociedade para barrar esse que representa o maior retrocesso trabalhista na história do País.

Claudir Nespolo Metalúrgico e presidente da CUT-RS